



Do positivismo ao desenvolvimentismo: o pensamento econômico de Getúlio Vargas¹

Pedro Cezar Dutra Fonseca e Ivan Colangelo Salomão

1. Introdução

Getúlio Vargas foi, indubitavelmente, o mais importante personagem da história brasileira do século XX. Entre 1930 e 1954, período em que foi figura central da política nacional, o país passou por transformações de vulto, alterando-se o papel do Estado e aprofundando sua inserção na economia e na sociedade.

Os estudos sobre a chamada “Era Vargas” e, em particular, sobre seu papel na condução desse processo, geralmente centram-se nos anos posteriores a sua ascensão à Presidência da República. Pretende-se neste capítulo focar um tema pouco pesquisado, a saber, sua formação intelectual e os principais traços de seu pensamento econômico. Ao pretender contribuir para o preenchimento desta lacuna, procura-se responder a questões relevantes concernentes à gênese de suas ideias e à viabilidade de tê-las concretizado como política pública após sua subida ao governo federal.

Getúlio já defendia o intervencionismo estatal? Qual sua posição sobre a industrialização do país? E sobre o capital estrangeiro, a gestão das finanças públicas, a questão social e a regulamentação do mercado de trabalho? Para responder perguntas-chave dessa natureza, recorreu-se fundamentalmente a fontes primárias, como: (1) jornais da época (principalmente *O Correio do Povo*, de Porto Alegre); (2) anais (tanto da Assembleia dos Representantes do Rio Grande do Sul como da Câmara Federal); (3) relatórios governamentais (principalmente da época

em que foi presidente deste Estado, de 1928 a 1930); e (4) suas provas como estudante de Direito, documentação valiosíssima preservada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e fonte indispensável para a reconstituição da gênese de seu pensamento e de sua formação intelectual.

Essas diferentes fontes, expressas nas mais diversas modalidades e formas, podem ser denominadas genericamente de discurso. “Ser político” em toda sua acepção, Vargas não permite uma leitura única de seu discurso; as diferentes leituras podem ser legitimadas pela pluralidade de enfoques, nuances, paradigmas e cortes analíticos que usualmente acompanham as chamadas ciências humanas. O discurso político é, por excelência, indutor, pois pretende sempre intervir no meio que o cerca, ao insinuar, propor, sugerir, mandar, justificar, negar, afirmar, camuflar, esconder ou revelar. Como tal, só pode ser entendido dentro do contexto em que foi manifesto e este, por sua vez, também é moldado e compreendido pelo próprio discurso; o real, do qual o discurso faz parte, impõe seus limites, define aliados e contendores, ajuda a revelar o oculto e o subentendido; às vezes, inverte o sentido do que parecia imediatamente claro e transparente (Fonseca, 2001).

A fim de se atingir tal objetivo, portanto, estruturou-se o trabalho em quatro partes, além desta breve introdução e das considerações finais. A primeira aborda o período inicial da formação de Vargas, sua filiação ao positivismo e suas ideias da época estudante – análise só possível com a pesquisa em fontes como as supra-mencionadas. A segunda parte abrange a época de parlamentar, tanto como deputado estadual como federal, quando participou ativamente dos principais debates e destacou-se na defesa das medidas tomadas pelo governo, muitas vezes liderando sua bancada. Já a terceira seção enfoca suas primeiras experiências no Poder Executivo, como Ministro da Fazenda de Washington Luís (1926-1928) e, posteriormente, governador do Rio Grande do Sul, cargo de onde saiu para liderar o movimento armado que derrubaria o último presidente da República Velha e impediria a posse de seu candidato, eleito para sucedê-lo, o paulista Júlio Prestes. Por fim, analisa-se o ideário que passou a nortear a política varguista após o golpe do Estado Novo e, principalmente, durante seu segundo mandato: o trabalhismo.

2. A iniciação política e o Positivismo

O início da vida política de Getúlio Vargas deu-se ao ingressar, em 1903, na Faculdade de Direito de Porto Alegre, hoje integrante da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O ambiente de disputa e de acaloradas discussões políticas,

todavia, acompanhara-o desde a infância. Nascido em São Borja em 19 de abril de 1882, ainda menino vivenciou a Revolução Federalista de 1893, também conhecida como “revolução da degola” devido à violência das práticas adotadas no conflito, responsável pela divisão dos gaúchos em duas facções: os “chimangos”, defensores da república e do presidencialismo, de ideologia marcadamente positivista, cujo líder máximo era Júlio de Castilhos, e os “maragatos” ou federalistas, defensores do parlamentarismo e descendentes do Partido Liberal do Império, cuja expressão maior era Gaspar Silveira Martins.

Getúlio assistira à radicalização daquele momento dentro de sua própria família: caso pouco frequente, descendia de um pai que desde cedo aderira a causa republicana, Manuel do Nascimento Vargas, e de Cândida Dornelles Vargas, cuja família era “maragata”. Após cursar as primeiras séries em São Borja, estudou Humanidades em Ouro Preto e, em 1900, entrou no Exército, opção de prestígio nas elites gaúchas, matriculando-se na Escola Preparatória e de Tática de Rio Pardo (RS). Posteriormente, resolveu seguir a carreira jurídica.

Na Faculdade de Direito, Vargas integrou um grupo de acadêmicos denominado por Joseph Love (1975, p. 234) de “geração de 1907”, cujos membros – como João Neves da Fontoura, Lindolfo Collor, Oswaldo Aranha e José Antônio Flores da Cunha – mais tarde ocupariam relevantes cargos públicos. Essa nova geração de políticos, ao ingressar no Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), perfilhou-se às linhas básicas da mesma doutrina positivista da velha geração de seus fundadores; todavia, enquanto esta se voltara mais à política estadual, até pelas dificuldades de consolidar a república no Estado diante dos conflitos internos, a nova geração desde cedo demonstraria interesse maior pela participação na política nacional.

Ainda quando acadêmico de Direito, em discurso em homenagem ao recém-eleito presidente Afonso Pena, que visitava o Rio Grande do Sul, Vargas discursou em nome dos estudantes e afirmou: “Quantas causas de estagnação pesam sobre um país novo, exaurido pela captação e fisco, sopeando o livre desenvolvimento das atividades industriais! Amarga resultante para quem se vê coato a comprar, manufaturados no estrangeiro, os gêneros da própria matéria-prima que exporta” (Correio do Povo, 18/08/1906). Embora à época fosse frequente o uso do termo indústria para designar, em sentido amplo, todas as atividades de produção, não resta dúvida de que neste caso o termo está se referindo à indústria de transformação, já que associado à importação de manufaturados. Esta é a primeira

manifestação de Vargas registrada em defesa da substituição de importações, marca que acompanharia toda sua vida pública.

Em linhas gerais, o positivismo, como ideologia oficial do PRR, significou um elemento de coesão interna e de diferenciação frente aos adversários. Firmando símbolos comuns, recorria-se à força da autoridade de autores como Auguste Comte, Conde de Saint-Simon e Herbert Spencer para justificar a “ditadura científica”, consagrada no Rio Grande do Sul pela Constituição republicana, elaborada praticamente por Júlio de Castilhos. Esta adotara princípios comtianos antiliberais, como a supremacia do Executivo em oposição ao princípio da independência e harmonia dos poderes de Montesquieu, possibilitando ao presidente do Estado (equivalente, nos dias de hoje, ao cargo de governador) elaborar leis; a Assembleia dos Representantes, por seu turno, reunia-se apenas dois meses por ano e possuía funções mais moralizadoras, como a discussão e aprovação do orçamento, do que propriamente legislativas. E, finalmente, alvo da mais incisiva censura por parte da oposição, a possibilidade de sucessivas reeleições do presidente estadual, desde que obtivesse três quartos dos votos, permitindo, na prática, a permanência de Borges de Medeiros no poder por mais de vinte anos².

Material imprescindível para análise da fase inicial da formação de Vargas são seus exames da época de acadêmico na Faculdade de Direito. Nestes, nota-se a clara influência positivista e a crítica ao jus-naturalismo, evidenciando a disputa entre as duas doutrinas no meio jurídico da época. Assim, com frequência argumentava, com inspiração em Tobias Barreto, que o direito “não é um filho do céu, é um fenômeno histórico, um produto cultural da humanidade”. O direito existente, portanto, era o positivo: o que se poderia confundir como direitos “naturais” – uma metafísica intolerável para os positivistas –, na verdade eram direitos com raízes na evolução social, empiricamente demonstráveis através de estudos históricos das sociedades “mais atrasadas” (Arquivo, Prova de Direito Civil).

Neste material, poucos temas estritamente econômicos são abordados. Uma exceção encontra-se na prova de Economia Política, na qual discorre acerca da propriedade. Nesta, Vargas procura distanciar-se do liberalismo, do socialismo e do anarquismo, mais uma vez abeberando-se dos ensinamentos de Comte e de outros autores positivistas profundamente alinhados ao cientificismo da época e

inspirados em Darwin, nas leis da evolução e na analogia entre a vida social e a biológica.

Ao criticar o liberalismo, afirma que o “individualismo puramente doutrinário” não é capaz de resolver as “profundas agitações em que se debate a sociedade atual, o evidente desequilíbrio econômico, o deplorável estado em que se acham as classes”. Isto ajudaria a demonstrar que o “socialismo tem a sua razão, é a miséria humana (...) no fausto das sociedades modernas”. Surpreendentemente afirma que para julgar essas ações “temos o quanto possível desfazermos-nos de nossos preconceitos burgueses” e que o *laissez-faire* “é uma confissão tácita de impotência por parte desta pseudociência que se chama Economia Política”. Cabe aqui mencionar que Comte considerava que a Economia não havia chegado ao estágio de uma ciência positiva, pois mais dedutiva que indutiva e apegada a dogmas e categorias pré-científicas, não empíricas, como valor, “mão invisível”, “preço natural” e “ordem natural e providencial”. A sociologia, como se sabe, deveria ser a ciência social por excelência, desapegada de doutrinas e inspirada no método das ciências naturais, já que haveria um único método para todas as ciências.

Com relação ao socialismo, as divergências não são menos pungentes. Este é entendido como empecilho à liberdade, “única compatível com o estado atual de civilização”, responsável por abafar a iniciativa individual e, ao suprimir a concorrência, trocá-la pela estagnação e pela apatia. Continuando com a analogia aos organismos vivos, argumenta que, mesmo caso a adoção do socialismo fosse imposta, haveria “a continuação das mesmas falhas nos organismos individuais, as diferenças de capacidade, destreza, inteligência, energia, que foram causas da individualização das sociedades primitivas (...) tornando a distanciar os possuidores dos não possuidores”. Depreende-se deste argumento que, se os homens são desiguais por natureza, inclusive por razões biológicas, como forçá-los a uma igualdade social?

Crítica semelhante estende-se ao anarquismo. Enquanto autores como Lassalle e Marx são parcialmente poupados – no sentido de que estão equivocados no diagnóstico e nas soluções, mas contribuíram na construção de um “socialismo empírico” que ajuda alertar para abandono das classes desfavorecidas por parte do Estado liberal –, Proudhon é tachado de “apriorístico e reacionário”, sendo que, para um positivista, o primeiro adjetivo possui uma carga depreciativa muito maior que a do segundo. Ademais, contra o anarquismo, dever-se-ia lembrar do mesmo

erro que cometera em certo momento Spencer ao aceitar Estado e indivíduo como inimigos. Ao contrário, defendia Vargas – ponto de vista constante em toda sua vida pública, apesar de todas as vicissitudes políticas e ideológicas por que passou – ambos, indivíduo e Estado, deveriam ser vistos como aliados, devendo este “garantir os direitos individuais [e também] auxiliá-lo sempre que ele necessita de tal auxílio”. E, por isso, como bom positivista que negava a filosofia e a ideologia, pretendendo substituí-las pela ciência fundada empiricamente, concluiu sua dissertação ponderando que, ao contrário dos liberais, comunistas e anarquistas que se apegavam a verdades “previamente estabelecidas”, a intervenção estatal deveria ser aceita desde que se tornasse necessária, “exigida pela urgência dos fatos”: “Deve proteger ou antes facilitar a tendência associativa e as sociedades cooperativas dos operários para resistirem ao capital. Deve, porém, ser o garantidor da liberdade individual e nunca julgá-lo no círculo de ferro de uma disciplina rigorosa” (Arquivo, Prova de Economia Política).

Como a maior parte dos estudos sobre as ações e a ideologia de Vargas concentra-se no período após sua ascensão ao poder federal, em 1930, certamente causa espécie a recuperação dessa fase inicial de sua formação, seja pelos autores que leu e mencionou, seja por afastar-se do imaginário dominante sobre as elites “oligárquicas”, “agrárias” e “liberais” da Primeira República. Ademais, mesmo que Vargas tenha modificado traços e ênfases de sua ideologia ao longo de sua vida pública – do positivismo desta fase a uma postura que se alimentou, na década de 1930 e no Estado Novo, das teses corporativistas e fascistas em ascensão, até o trabalhismo do pós-Segunda Guerra, de contornos mais esquerdistas –, nota-se que há certos elementos que já se encontravam na gênese de seu pensamento e dos quais não se afastou ao longo do tempo, como se constituíssem um “núcleo duro” de sua formação intelectual (Fonseca, 1989).

Assim, a proteção ao trabalhador como dever do Estado, tantas vezes atribuída à *Carta de Lavoro* de Mussolini, já consta dessa avaliação acadêmica de 1906, bem como raízes do intervencionismo pragmático do Estado Novo e do entendimento de que os operários deveriam associar-se para contraporem-se ao capital, inclusive por meio de sociedades, tais como sindicatos e cooperativas. As posturas antiliberal e anti-socialista de Vargas encontram-se já nesta fase estudantil, cujos traços comuns do positivismo, do corporativismo italiano e do trabalhismo, doutrinas que o atraíram ao longo de toda sua vida pública (embora se deva assinalar que suas perfilhações doutrinárias sempre foram flexíveis, a

ponto de se conciliarem ao pragmatismo que lhe era característico). Mesmo o positivismo, ideologia oficial de seu partido, o PRR, e defendido conscientemente ao longo da Primeira República, em suas mãos foi capaz de adaptar-se, moldar-se e transformar-se diante dos novos desafios e circunstâncias que iam se verificando em cada conjuntura: acrescentando novas interpretações a Comte, inicialmente, até o abandono como referência explícita em seus discursos, como se observou a partir da década de 1930.

3. Vargas no Poder Legislativo: em busca da perspectiva nacional

Em março de 1909, após um curto período como Promotor de Justiça em Porto Alegre, Vargas elegeu-se deputado da Assembleia dos Representantes do Rio Grande do Sul, ocupando uma das vagas do PRR. Reelegeu-se em 1913, mas renunciou ao mandato ao solidarizar-se com colegas do município de Cachoeira do Sul os quais, por conflitos eleitorais, haviam se incompatibilizado com Borges de Medeiros. Retornou em 1917 à Assembleia Estadual e em 1922 foi eleito para a Câmara dos Deputados, onde ficaria até 1926, quando se tornou ministro da Fazenda de Washington Luís.

Em sua passagem pelo Poder Legislativo, Getúlio participou ativamente dos debates parlamentares, nos quais se observa certa presença constante de temas econômicos. Na Assembleia dos Representantes, a polaridade entre chimangos e maragatos propiciava debates calorosos. A política castilhistas foi desde logo acusada por seus críticos como isolacionista, pois, ao lado das autonomias administrativa e fiscal garantidas pela Constituição Estadual, as ações do governo buscavam incentivar a diversificação da economia gaúcha, sabidamente dependente da economia pecuário-charqueadora até então dominante. Esta fora hegemônica durante o Império e tinha por base as grandes propriedades agrárias da região da fronteira do Estado, denominada genericamente de Campanha. Centrada em poucos bens, como charque, couro e lã, a produção gaúcha era exportada principalmente para o mercado nacional. No entanto, a colonização do norte do estado, principalmente com as imigrações alemã e italiana, propiciou o aparecimento gradual de novas atividades econômicas, assentadas na pequena propriedade, na mão de obra familiar e voltadas ao consumo local (Herrlein Júnior, 2004).

Ao longo da Primeira República, o próprio êxito da política econômica de diversificação produtiva acabava por limitá-la no longo prazo: a expansão da

economia colonial, com sua diversificação (milho, frutas, suínos) e, inclusive, beneficiamento rudimentar (banha, vinho, farinhas), ia gradualmente conquistando os mercados de fora do Estado (Fonseca, 1983). Em resumo: a crítica à velha economia pecuário-charqueadora, assentada na produção para mercados externos ao Rio Grande do Sul, e que legitimara a política econômica diversificadora dos governos republicanos nas primeiras décadas da Primeira República, estendera-se para o conjunto economia. A expansão da economia colonial estava a exigir ampliação do mercado consumidor, problemática formalmente semelhante à da economia tradicional do estado (Pesavento, 1983). Dessa forma, o “isolacionismo” perdia seu sentido e a “geração de 1907” desde logo percebia as condições que se impunham neste novo contexto, defendendo a maior participação dos gaúchos na vida nacional. Este fato talvez tenha influenciado Vargas a candidatar-se à Câmara Federal, e não ao legislativo local, em 1922. É sintomático que, certa vez, indagado qual o político que mais o influenciara, respondeu que, além de Castilhos, fora Pinheiro Machado – justamente o político da “velha geração” que mais se preocupara com a política nacional, onde fez reconhecida carreira no Senado Federal (Silva, 1965, p. 118).

O debate entre chimangos e maragatos assumia, assim, uma nítida conotação ideológica, respectivamente, entre positivismo e liberalismo. Os primeiros defendiam, além da diversificação já mencionada, maior intervenção do estado na economia, a organização dos produtores em cooperativas para se protegerem das instabilidades do mercado, a “integração” dos trabalhadores à sociedade capitalista emergente, a nacionalização e a encampação de empresas quando houvesse “interesse social” (Pesavento, 1980). Já a oposição ao PRR advogava a especialização pecuário-charqueadora com base na teoria das vantagens comparativas, seguindo de perto os preceitos liberais, ensejando a crítica de Vargas em debate com Gaspar Saldanha, em 1919:

Permita-me dizer que V. Exa. está filiado à velha teoria econômica do ‘laissez-faire’, teoria essa que pretende atribuir unicamente à iniciativa particular o desenvolvimento econômico industrial de qualquer país, deixando de lado a teoria da nacionalização desses serviços por parte da administração pública, amplamente justificada pelas lições da experiência, não levando V. Exa., em linha de conta, que nos países novos, como o nosso, onde a iniciativa é escassa e os capitais ainda não tomaram o incremento preciso, a intervenção do governo em tais serviços é uma necessidade real (Annais da Assembleia..., 1919, p. 124-127).

Na mesma oportunidade, Vargas argumentou que, na Europa, a intervenção estatal, “açambarcando a atividade particular, monopolizando serviços etc., deu os melhores, os mais surpreendentes resultados”. Para Saldanha, entretanto, tal intervencionismo ocorrera em caráter excepcional, em um contexto de guerra, levando Vargas novamente a contra-argumentar:

Tanto não é assim que após a terminação da guerra, os poderes públicos continuaram intervindo na atividade privada, mantendo-se esses serviços com o intuito de restringir a excessiva ganância dos particulares. E uma prova de eficácia e oportunidade dessas intervenções está na tendência, quase generalizada na Europa, do operariado para a nacionalização das indústrias. É em face desta situação que S. Exa. vem colocar-se como defensor nesta Assembleia dos interesses dos grandes proprietários de terras (Annais da Assembleia..., 1919, p. 142).

As desavenças entre as duas facções aprofundaram-se quando o governo, seguindo o preceito positivista de priorizar a cobrança de tributos diretos, propôs a criação do imposto territorial e o aumento da alíquota sobre herança, receitas que deveriam substituir o gravame sobre exportações³. Em outro debate com Gaspar Saldanha, Vargas não apenas defendeu esta política como argumentou que deveria recair sobre os fazendeiros a maior carga tributária, alegando que estes exploravam o setor mais lucrativo da economia. Ademais, mostra-se comprometido com a defesa do setor industrial, o qual, em fase de surgimento e consolidação, deveria ser objeto de proteção, e não a produção primária: “As indústrias fabris, ainda incipientes, estão mais sujeitas às flutuações da lei da oferta e da procura, à concorrência estrangeira, dentro do nosso país” (Annaes da Assembleia..., 26/11/1919).

Todas essas manifestações de Vargas no contexto da Primeira República assumem um caráter bastante inovador, chocando-se com o imaginário que se tem das elites do período, mais apegadas às regras da ortodoxia econômica, ao agrarismo e ao controle do voto; em outros termos, coniventes ou responsáveis pela excludência econômica e social, daí corriqueiramente serem denominadas de “oligarquias rurais”. Há que se ter presente, todavia, que tal visão, consagrada em boa parte da literatura, não passa de uma caricatura, pois desde o limiar da República surgiram em vários estados, e principalmente no Exército, homens como Floriano Peixoto, Benjamin Constant, Serzedello Correa, Alcindo Guanabara e Nilo Peçanha, os quais, sob a égide do positivismo ou de outras correntes de ideias, também criticavam o liberalismo, propunham maior

intervencionismo e defendiam a industrialização, às vezes recorrendo a uma retórica “jacobina”, mais radical, com apelos populares, francamente nacionalista e crítica ao capital estrangeiro⁴.

A postura de Vargas afastava-se desse grupo tido como sectário, lembrando mais o positivismo clássico de Comte e autores como Saint-Simon (talvez o seu predileto) e Stuart Mill, também por ele citado. Estes, embora diverjam entre si em aspectos importantes, aceitam certas vantagens do mercado como instituição, mas sempre advogando a necessidade de políticas sociais, procurando um “meio-termo” entre o socialismo e o liberalismo clássico, o que lhes empresta um ar reformista. Além do mais, são autores que defendem a ideia de *progresso social*: há um rumo desejável para a história, ou seja, etapas ou fases a serem percorridas, o que certamente supõe um ideal de sociedade a ser perseguido e uma visão otimista da história, pois marcada pela ideia de evolução, seja moral, intelectual ou material (Mattos, 1998).

Se a postura de Vargas destoa das elites dominantes em outras regiões do país, suas ideias político-econômicas não chegam a ser um caso raro ou exótico; além disso, não se pode deixar de registrar que em várias ocasiões Getúlio também se manifestou como político conservador, defensor intransigente da ordem e dos princípios da “ditadura positivista”. Se a própria intervenção governamental materializou-se no Rio Grande do Sul com a estatização dos portos de Porto Alegre, Pelotas, Torres e Rio Grande, ou ainda com a encampação da estrada de ferro que ligava Porto Alegre a Uruguaiana – certamente inaugurando novas responsabilidades na agenda do Estado –, também se deve lembrar que a aceitação do intervencionismo estava limitada na prática pelo preceito positivista das “finanças sadias”.

Conquanto se afastasse do *laissez-faire*, o positivismo frequentemente recorria a critérios éticos como regras para a “boa administração”. A separação entre o público e o privado representava uma política inovadora dentro do contexto nacional e constituía palavra de ordem importante para o positivismo, incorporada nacionalmente na propaganda republicana e, em particular, no Rio Grande do Sul (Targa, 2003). Tratava-se da defesa intransigente da moralidade na administração pública, em consonância com o lema “viver às claras”, e com consequências na política econômica, pois se tornou argumento recorrente na defesa do orçamento equilibrado. O Estado deveria dar o exemplo à sociedade: não gastar além do que se dispunha, não contrair dívidas, ser parcimonioso em conceder empréstimos.

Certamente este preceito limitava, na prática, a extensão do intervencionismo, pois forçava os gastos públicos a adequarem-se à capacidade de arrecadação; daí a importância do debate sobre quais impostos deveriam existir e sobre que segmentos deveria recair a maior parte da carga tributária.

O abandono do preceito do orçamento equilibrado como dogma será uma das maiores mudanças do pensamento de Vargas, detectável já ao final da década de 1920 (antes, portanto, da difusão das ideias de Keynes após a publicação da *Teoria Geral*, ao contrário do que normalmente se divulga) e consolidado como prática efetiva de política econômica a partir de sua chegada ao governo central, em 1930.

4. Vargas no Ministério da Fazenda e as origens do desenvolvimentismo

Em 15 de novembro de 1926, com a ascensão de Washington Luís à Presidência da República, Vargas assumiu o Ministério da Fazenda, onde permaneceu pouco mais de um ano, ao afastar-se para ocupar o cargo de presidente do Rio Grande do Sul.

O convite mostrava o claro interesse de uma conciliação entre paulistas e gaúchos, ao acalmar atrito antigo que ganhara certa expressão durante o governo anterior, de Arthur Bernardes. Isso porque o PRR havia apoiado a chapa derrotada de Nilo Peçanha, motivo que contribuiu para encorajar a oposição estadual a encabeçar mais um levante armado contra o governo de Borges de Medeiros em 1923. Todo caso, nada havia de novo quanto à composição: o Rio Grande do Sul, como terceira força na política da Primeira República, tinha poucas chances de conquistar a cabeça do Executivo Federal, mas era fatal nas composições, principalmente no Senado, onde a representação igualitária por estados favorecia que a articulação com bancadas estaduais menores, fortalecendo o contrapeso ao poder de São Paulo e Minas Gerais. Como consequência desse arranjo, os gaúchos estiveram à frente de ministérios mais tempo que políticos de outros estados durante a Primeira República (Love, 1975).

Correspondências trocadas entre Borges de Medeiros e Getúlio Vargas revelam sua surpresa frente ao convite presidencial, pois ele mesmo alegara sua “incompetência” em assuntos da área financeira, apesar de, desde maio de 1926, integrar a Comissão de Finanças da Câmara (Vargas, 1997, p. 38). Havia, entretanto, um contexto propício à aproximação entre Washington Luís e os

políticos do PRR: a preocupação com a austeridade monetário-financeira, prioridade assumida pelo presidente eleito.

Conforme mencionado anteriormente, o positivismo, embora admitisse a intervenção estatal na economia e apontasse limitações ao mercado e ao *laissez-faire*, representando à época certa heterodoxia, defendia intransigentemente certas regras de política ortodoxas, como o orçamento equilibrado, a inexistência de déficits e a precaução com relação a dívidas e empréstimos. Ademais, devido ao fato de a economia gaúcha voltar-se àquele momento ao mercado interno, a posição dos políticos gaúchos ao longo da Primeira República sempre foi no sentido de considerar o combate à inflação como absoluta prioridade. Júlio de Castilhos, por exemplo, condenara Rui Barbosa na época do Encilhamento, mostrando os ganhos ilusórios que a inflação proporcionava. O moralismo castilhista associava a inflação à especulação, ao ganho sem trabalho, às negociatas e falcatruas do Império, quando uma casta de privilegiados – os nobres ou amigos do rei – percebiam favores às custas dos cofres públicos. O espírito republicano apregoava a impessoalidade, a neutralidade do Estado frente a classes, à Igreja e a títulos honoríficos que representassem privilégios.

Tais princípios doutrinários materializavam-se, em termos de política econômica, em crítica às frequentes desvalorizações cambiais, implementadas ao longo da Primeira República com vistas a proteger as atividades exportadoras, as quais eram tidas como artificiais e encarecedoras dos produtos do mercado interno. O apoio do governo gaúcho à candidatura de Nilo Peçanha, em 1921, foi diretamente determinado pelo seu compromisso deflacionário, em contraposição a Arthur Bernardes, tido como “inflacionista”. Mesmo que defensor da indústria, nota-se que Vargas não entendia que o mecanismo de desvalorização cambial tivesse consequências positivas sobre a indústria local, ao encarecer os importados, pois o considerava ilusório e artificial. Nesse sentido, o então ministro assim expressa sua visão em discurso de 26 de novembro de 1926:

A inflação é um excitante artificial das indústrias, porque produz a alta dos preços e estimula a produção. Mas as vendas feitas nesse regime de lucros aparentes constituem uma perda de substância para a economia nacional. Que a moeda diminua ou aumente de valor é sempre a instabilidade que, na alta aumenta o capital, mas aniquila a produção, na baixa estimula a produção, mas destrói o capital. Cada modificação no valor da moeda traduz uma nova distribuição de riqueza, um reajustamento de preços. A alta ou baixa do câmbio são igualmente prejudiciais como sintomas da instabilidade e da precariedade do valor da nossa moeda. A moeda que não é constante,

que não é sempre igual a si mesma, não pode desempenhar o seu papel de medida dos valores (Vargas, 1997, p. 497).

Diante de tais evidências, pode-se resumir sua preocupação central em duas palavras: estabilidade e deflação. Era preciso, portanto, retornar ao padrão-ouro: “Não temos moeda porque não temos padrão fixo, como medida de valor”, afirmou Vargas no mesmo discurso, passando, então, a discutir alternativas sobre em que nível dever-se-ia fixar a paridade. Defendia que não se retornasse à mesma taxa anterior à Guerra, mas que tampouco se abdicasse, em sintonia com a ortodoxia da época, do retorno ao padrão-ouro, amparando-se em exemplos internacionais para embasar seu ponto de vista, como as experiências de vários países europeus:

Todos os países europeus desangrados pela guerra, tiveram de lançar mão das emissões de curso forçado, para atender às prementes necessidades de numerário. Quase todos, porém, já regressaram à circulação metálica, ao padrão ouro, sem atingir, à paridade do período anterior à guerra porque as condições de vida eram diferentes (Vargas, 1997, p. 499).

Cerca de um mês após a posse de Vargas no Ministério da Fazenda, o Congresso aprovou a reforma monetária que estabelecia o retorno paulatino ao padrão-ouro. Inicialmente, criou-se uma Caixa de Estabilização com a finalidade de emitir notas conversíveis em ouro, o que lembra a antiga Caixa de Conversão, de 1906. Como consequência, haveria dois meios circulantes temporariamente no país, um conversível e outro não. Quando as reservas em ouro atingissem nível suficiente para garantir a conversibilidade, trocar-se-ia a designação da moeda para cruzeiro.

A expectativa do governo ao proceder a reforma financeira visava não apenas à garantia da estabilidade da moeda e do câmbio, como Vargas declarava. Conforme a oportuna observação de Fritsch (1989, p. 57), havia também uma intenção nitidamente política, com a perspectiva de recuperação de investimentos anglo-americanos no país, o que certamente contribuiria para uma expansão monetária, aliviando os produtores domésticos, dos exportadores aos industriais voltados ao mercado interno. Com isso, haveria uma descompressão da política econômica recessiva dos últimos anos sem recorrer a um instrumento discricionário ou violador da regra de “finanças sadias”. O contexto, de fato, era extremamente favorável, pois manteve a inflação estável ao mesmo tempo em que propiciou um aumento do produto de 10,8% em 1927, em contraste com o crescimento nulo de 1925 e o de 5,2% de 1926.

Esses resultados favoráveis, conquanto não possam ser atribuídos unicamente à gestão de Vargas no Ministério da Fazenda, já que fazem parte de um ciclo mais amplo favorável às atividades agroexportadoras, certamente contribuíram para qualificar sua candidatura à Presidência do Rio Grande do Sul. Naquele momento, Getúlio já era a figura mais destacada do PRR depois de Borges de Medeiros. Com o impedimento deste de concorrer à nova reeleição, Vargas desde logo apresentou-se como candidato de perfil bem diferente do líder do partido, dando veia à habilidade política que mais tarde seria enaltecida por seus biógrafos: em um estado dividido historicamente e marcado por lutas sangrentas, levantou a bandeira da pacificação e da harmonia, aproximando-se da oposição, então agregada no Partido Libertador e formada pelos antigos maragatos e por dissidentes do PRR. Vargas foi eleito sem oposição e tomou posse como presidente do Estado em 25 de janeiro de 1928.

A proposta de pacificação estadual, além dos argumentos éticos e humanitários, buscava respaldo em outro, de natureza econômica: recorrendo a Comte, a paz era pré-requisito do progresso, mas gradualmente esta palavra era substituída por outra: desenvolvimento. Atribuía-se ao Estado um papel cada vez mais atuante na economia, sendo seu dever alavancar as atividades produtivas, fornecer infraestrutura e conceder crédito. O setor público mais ativo certamente contribuía para a aproximação com as “classes produtoras”, firmando laços muito além dos admitidos pelo positivismo, inclusive ao aceitar com maior liberalidade o endividamento e a concessão de empréstimos e ao desapegar-se aos poucos dos princípios das finanças sadias e do equilíbrio orçamentário como regras invioláveis da política econômica. A partir de uma experiência regional, dava-se início, assim, ao embrião do *desenvolvimentismo* como ideologia norteadora da ação governamental, a qual perdurou no Brasil até o final da década de 1970⁵.

Vargas passava a apregoar, então, que “a complexidade da vida social” e o grande volume de capitais necessários para os investimentos exigiam a participação direta do Estado, pois não poderiam ser realizados “só pelo esforço individual”. Em consonância com postulados positivistas, afirmava-se o princípio de que os produtores deveriam associar-se em cooperativas, associações e sindicatos. A mensagem à Assembleia dos Representantes de 1928 não deixa dúvidas de que a proposta de “desenvolvimento associativo” representava um dos pontos prioritários do governo. Em conjuntura na qual a polêmica sobre autonomia *versus* atrelamento das associações e sindicatos (tanto patronais como de

trabalhadores) estava na ordem do dia, Vargas explicitava sem rodeios sua visão: os vínculos com o Estado deveriam ser estreitos, pois caberia a este corrigir insuficiências e exercer “certo ‘controle’, para lhe evitar excessos” (Vargas, 1997, p. 513). É marcante o caráter antiliberal das medidas implementadas, tendo em vista que o governo atribuía a crise por que passava a economia gaúcha, principalmente o setor pecuário-charqueador, à desorganização decorrente da concorrência e do individualismo inerentes às economias de mercado (Bak, 1983, p. 273).

Com efeito, o *desenvolvimentismo* firmava-se ao enaltecer o papel do crédito na economia; indo além, defendia-se a responsabilidade do Estado em concedê-lo, incumbência que por certo afastava-se da ortodoxia positivista. Esta sempre tivera como ponto essencial a neutralidade do Estado – o que implicava “tratar a todos igualmente”, sem privilegiar segmentos específicos –, resultando sempre em limite para a política de concessão de crédito à produção. Além disso, o positivismo tradicional do PRR recorria com frequência à analogia da economia pública com a doméstica, criticando medidas arrojadas ou de vulto, sempre em consonância com o lema do evolucionismo gradualista comtiano de “conservar melhorando”. Assim, ao final da Primeira República, o termo *desenvolvimento* começa aparecer na retórica oficial ao lado do emprego da palavra *progresso*⁶, o que ajuda a evidenciar o positivismo como uma das matrizes ideológicas do desenvolvimentismo brasileiro a partir de 1930 (Fonseca, 2000).

Sem abandonar por completo a defesa do orçamento equilibrado, o governo Vargas começava a defender a importância do crédito como pré-condição para alavancar a produção. Mais que mantenedor da ordem e da justiça, o Estado moderno deveria preocupar-se com a expansão das atividades produtivas. Como política efetiva, o governo criou, em 22 de junho de 1928, o Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Decreto nº 4.079). Este fora concebido como uma “organização mais ampla de um banco de Estado”. Dentre suas atribuições constava o estímulo à agricultura, à indústria e ao comércio, “fazer a defesa de nossa produção, constituindo um propulsor da riqueza e do progresso” (Correio do Povo, 26/04/1928, p. 9).

Para o êxito da política de pacificação política estadual, com a aproximação entre republicanos e maragatos iniciada com a eleição de Vargas para presidente do Rio Grande do Sul, foi fundamental essa nova postura do Governo do Estado com relação às atividades produtivas; não apenas por ampliar sua margem de

cooptação política, mas também por acenar para o futuro, lançando mão de uma retórica que apostava em apagar o passado de lutas, ódios e retaliações. A união das forças gaúchas em torno de Vargas mostrou-se essencial para que ele postulasse a cabeça da chapa da Aliança Liberal, em contexto de enfraquecimento e desarticulação do pacto entre paulistas e mineiros. Lideraria, a partir daí, a oposição às pretensões de Washington Luís de indicar seu sucessor – justamente de quem fora ministro da Fazenda um ano antes e, comentava-se, seria inicialmente seu candidato favorito. O desenrolar dos acontecimentos, com sua derrota eleitoral, levaria à Revolução de 1930.

5. Do autoritarismo ao trabalhismo

A criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, um dos primeiros atos de Getúlio após assumir a Presidência da República, demonstra que a regra da atuação estatal iria além do tradicional controle da oferta monetária, da arrecadação e dos gastos públicos, ou seja, não se resumiria aos problemas recorrentes “de caixa” da Fazenda. O novo ministério deveria coordenar e propor ações desenvolvimentistas, num diálogo com o empresariado, ao mesmo tempo em que assumia a tarefa de implementar a legislação trabalhista e estruturar a organização sindical. Era o “ministério da revolução”, nas palavras de Vargas, em contraposição ao “marasmo” e às “oligarquias” da República Velha. Esta era a grande construção ideológica dos primeiros anos do governo, que buscava diferenciar-se das gestões anteriores; a revolução, agora, era a responsável pela construção de um novo Brasil.

Aos poucos, o desenvolvimento torna-se sinônimo de modernização e transforma-se na pedra angular da legitimidade do governo, assumindo papel central para a viabilidade do Estado Novo. Neste, a ditadura, explicitamente defendida como necessária e até salvadora diante das circunstâncias tanto internas (ameaça integralista e comunista) e externas (a guerra), reflete, numa atualização crono-ideológica, o autoritarismo e o antiliberalismo, já presentes na época de parlamentar, e no desenvolvimentismo, que se firmara com maior nitidez ao final da década de 1920.

O autoritarismo passou a recorrer a intelectuais como Oliveira Vianna, Francisco Campos, Azevedo Amaral e Plínio Salgado, que mesmo sob enfoques e nuances diferentes, propunham um estado centralizado, modernizador e industrializante, o qual deveria se opor ao “marasmo rural” da República Velha.

Conquanto influenciados pelas ideologias autoritárias e totalitárias em franca ascensão na década de 1930, e principalmente no fascismo italiano, não se pode dizer que estes autores propunham simplesmente implantar um modelo “acabado” no Brasil. Antes, propunham, a partir do próprio “Brasil real”, reconhecer e diagnosticar seus problemas, em contraste com o ocultamento e com a idealização que entendiam ser a regra das elites até então.

O “pensamento autoritário” dava veia a uma forte centralização tanto política como econômica, justificando-a em um corpo ideológico muito bem construído, no qual, em se partindo dos problemas e das necessidades históricas e emergentes do país, advogava-se sua imperiosa e radical transformação. Mas esta não viria pelo jogo viciado da democracia liberal, com o controle do voto pelos coronéis do interior e com a população incapaz de votar, porquanto ignorante e analfabeta, facilmente manipulável. Ao contrário, o reforço do poder Executivo era pré-requisito para a modernização.

O pensamento autoritário enfatizava o abismo existente entre as elites monopolizadoras do poder político, especialmente nas casas legislativas, e o povo, para o qual aquelas viravam as costas. Alterar este quadro exigiria uma postura consciente e interventora do Estado, tarefa que só este poderia empreender. Assim, ao lado de um discurso ultraconservador em defesa da propriedade, da família e de valores morais e religiosos, o pensamento autoritário criticava o mercado como impotente para encaminhar as soluções de envergadura de que o país necessitava.

Ora, era justamente esse tipo de proposta que se coadunava hermeticamente com o que se propunha a partir de novembro de 1937, quando do golpe do Estado Novo. O novo regime era apresentado como o caminho próprio encontrado para o país ir ao encontro de seu futuro, uma espécie de “terceira via” entre o comunismo (para quem o estado era o “senhor absoluto”) e o liberalismo (que reduzia o trabalhador à engrenagem de uma linha de produção, desumanizando-o). Desta forma, mesmo que no Brasil se manifestassem as “tendências gerais do mundo moderno” – a industrialização, o avanço do capitalismo, a luta de classes e o intervencionismo –, as soluções deveriam ser locais, ou seja, com normas jurídicas e instituições políticas adaptadas à realidade nacional. O discurso do Estado Novo sobrepuja o velho ao novo, apregoava a mudança com continuidades não menos definidoras, apelava à tradição e enaltecia um futuro a construir: esta dupla face talvez seja a grande marca do discurso desenvolvimentista autoritário daquele

período, e expressa as contradições da própria atuação governamental na economia e na política.

O Estado Novo levou adiante a obra iniciada em 1930; em seus primeiros anos não trouxe grandes novidades nas diretrizes gerais que norteavam a legislação trabalhista até então. Tratou-se fundamentalmente de organizar a estrutura sindical, definindo o funcionamento e a burocracia dos sindicatos, atrelando-os à órbita estatal. Gradualmente, entretanto, aprovavam-se novas leis não propriamente voltadas à organização da estrutura sindical, mas de cunho mais social e com o propósito de melhorar as condições de trabalho e assegurar certos benefícios aos trabalhadores. Algumas delas, como a do salário-mínimo, já faziam parte da própria Constituição, mas não eram implementadas por carecerem de regulamentação. Ao assinar cada uma dessas leis, o governo lançou mão de forte propaganda, apresentando-as como concessão ou dádiva do chefe de Estado à nação. Aos poucos, abandonava-se uma retórica marcada pelo autoritarismo explícito para outra, de cunho mais social e paternalista: o trabalhismo.

A partir de 1943, começou a se formar uma grande articulação anti-varguista que resultaria na criação do maior partido de oposição: a União Democrática Nacional (UDN). A agremiação contava com apoio de parte dos setores agrários, do comércio importador/exportador, do capital financeiro e com alguns setores da esquerda antipopulista – que mais tarde formariam a Esquerda Democrática e o Partido Socialista Brasileiro (PSB).

Ciente do acirramento da luta política, Vargas procurou fortalecer os laços com a classe operária e com os trabalhadores urbanos (a legislação trabalhista excluía os trabalhadores rurais, o que reforçava a proximidade do governo com os setores agrários). Vários líderes sindicais eram homens de confiança do governo, os chamados “pelegos”. Cresciam as “concessões” aos trabalhadores e Vargas, preparando-se para a democracia, também começa a articular a formação de dois partidos, o Partido Social Democrático (PSD), com base nos políticos tradicionais e nos interventores que nomeara para governar os estados, e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), assentado do sindicalismo e no voto urbano (mas também nos setores agrários do mercado interno, como é o caso do Rio Grande do Sul). Era o início de grandes mobilizações políticas, como a de 1º de maio de 1944, no estádio do Pacaembu, em São Paulo, momento em que se consagrava a expressão que marcaria o início de seus discursos: “Trabalhadores do Brasil”.

A expressão máxima do trabalhismo ocorreu, porém, no segundo governo de Vargas (1951-1954). A radicalização política se acentuou sobremaneira com a campanha do petróleo, dividindo a nação entre “nacionalistas” e “entreguistas” – ou, segundo a ótica udenista, entre “comunistas” e “democratas”. A urbanização, o crescimento da classe operária e a inflação renitente contribuíram para o surgimento de inúmeros focos grevistas no decorrer de 1953. A maior delas, a “greve dos 300 mil”, colocou em xeque a política de conciliação, levando Vargas a nomear João Goulart para o Ministério do Trabalho, descontentando ainda mais a UDN e os militares, já que se tratava do político de maior penetração entre os “pelegos” e no meio sindical. O trabalhismo radicalizava-se, o nacionalismo anti-americano transformava-se em “anti-imperialismo” e a legislação trabalhista parecia insuficiente para resolver os graves problemas sociais do país, os quais pareciam exigir reformas mais profundas (Fonseca, 1993).

Em largos traços, o trabalhismo, tal qual apareceu nos discursos de Vargas, recebeu influência de três correntes de ideias: o positivismo, a Doutrina Social Cristã e o socialismo, principalmente através de sua vertente social-democrata. A mescla de três *ethos* conflitantes pode, à primeira vista, sugerir pobreza ideológica, ou mesmo um ecletismo sem sentido mais profundo; todavia, também, sob outro ângulo, reafirma a autenticidade e a criatividade, associadas à busca de procurar um modelo próprio, adaptado à realidade do país, como já estava na base do pensamento autoritário da década de 1930. Esta proposta materializava-se, no discurso de Vargas, em um certo nacionalismo, pois negava a cópia de ideologias estrangeiras.

A ideologia positivista no trabalhismo manifestou-se, principalmente, na velha pretensão comtiana, agora levada à prática de forma mais clara e decidida, de “integrar o proletariado à sociedade moderna”. Evidentemente que o trabalhismo superava a postura assumida pela bancada do PRR na Câmara dos Deputados na década de 1920 de ser contrária à “estatização” da questão (Gomes, 1979). O trabalhismo de Vargas oscilava entre uma tendência de, no discurso, colocar-se acima das classes, bem ao gosto positivista, e outra, que se propõe facciosa em favor dos trabalhadores e do “povo”, em um estilo mais populista. Mesmo nesta, não deixa de se observar uma concepção darwinista de sociedade, já que se entende que a concorrência é predatória aos mais fracos e que os ricos “abusam” dos pobres, prevalecendo-se de sua posição privilegiada. O governo, então, deveria ter uma atuação mediadora, atuando para evitar a superexploração

desenfreada e o darwinismo capitalista, diferindo as leis naturais das sociais. Nesse sentido, afirmava Vargas em 1950: “Isolado na luta pela solução dos seus problemas, o trabalhador foi sempre vendido pelo poder do mais forte. Entretanto, seu conagraamento com o governo, que, atento às reivindicações do povo, incluía em seu programa a questão trabalhista, produzindo o estatuto social realizando o equilíbrio das forças vitais da Nação e difundindo-lhes os direitos e obrigações recíprocos” (Vargas, 1950, p. 188).

Assim como defendia em sua época positivista, o trabalhismo varguista pressupunha o progresso dentro da ordem, rejeitando a violência, as revoluções e as alternativas ilegais: “Na Europa, na Ásia, como nos países da América, as dificuldades econômicas são germes de inquietação social: e é preciso remediá-las em tempo oportuno para evitar que o povo se agite e faça justiça pelas próprias mãos” (Vargas, 1952, v.1, p. 331). Observa-se, assim, que o trabalhismo herdou do positivismo as noções de progresso, de “integração do proletariado à sociedade moderna” e de aversão a perturbações drásticas na ordem social, mas dele se afastou ao admitir maior interferência estatal nos conflitos de classe e ao prescindir da ortodoxia em matéria de política econômica, além de sua base filosófica: o materialismo.

Desse modo, o trabalhismo – seja por meio de seu ideólogo mais sofisticado, Alberto Pasqualini, seja pelos discursos do próprio Vargas – recorria frequentemente à Doutrina Social Cristã para pregar a proteção aos trabalhadores e apontar incapacidade do mercado para atingir o bem-estar social. Trata-se das críticas históricas da Igreja ao liberalismo, ora atualizadas com as encíclicas pontifícias. A mescla entre positivismo e cristianismo, inconcebível no contexto europeu, emprestou certa singularidade ao trabalhismo brasileiro. No campo político, diminuía as resistências da Igreja ao trabalhismo e o aproximava da poderosa Liga Eleitoral Católica (LEC), força política interpartidária com penetração não desprezível em boa parte do eleitorado (Bodea, s.d).

Finalmente, deve-se considerar a influência do socialismo, embora esta deva ser mencionada com uma série de qualificações, pois não se pode atestar que tenha havido uma influência direta do socialismo, pelo menos em sua versão marxista, no trabalhismo brasileiro. Ainda assim, pode-se considerar que o socialismo democrático, ou a social-democracia, marcou profundamente, desde as primeiras décadas do século XX, as experiências trabalhistas e reformistas europeias, servindo de fonte inspiradora para ideólogos em vários países latino-

americanos. No caso brasileiro, encontram-se referências ao Partido Trabalhista inglês (tecidas, inclusive, por Vargas e Pasqualini), não propriamente como uma proposta a ser copiada, mas como experiência bem-sucedida na busca de uma intermediação exitosa entre capital e trabalho.

Ao contrário da social-democracia europeia, o trabalhismo brasileiro não se considerava herdeiro do marxismo. Entretanto, isso não significa que não houvesse uma recorrência ao socialismo como ideal a ser perseguido. Nesse sentido, porém, é importante salientar que o termo “socialismo” possui significados distintos, muitas vezes se ajustando sem constrangimentos à ideologia de quem o pronuncia. No discurso de Vargas, por exemplo, o termo é associado mais a um contexto positivista que propriamente marxista, uma vez que se tinha o socialismo como o oposto de individualismo, o primado do social sobre o indivíduo, da busca de laços orgânicos de solidariedade contra a concorrência desenfreada.

Assim, o socialismo abria brecha para o intervencionismo estatal que, mesmo sem ferir a propriedade privada, justificava a busca da harmonia entre as classes, resgatando a ideia de um estado neutro e acima de interesses particulares. Não se pode desprezar, ainda, o fato de, ao radicalizar seu discurso conforme a crise do governo se aguçava a partir de 1953, certa influência socialista parece manifestar-se nos termos e expressões utilizados, como “exploração”, “imperialismo”, dentre outras. Nesse sentido, faz-se simbólico o conhecido discurso proferido por Vargas por ocasião da comemoração do último dia do Trabalho testemunhado pelo presidente: “Para vencer os obstáculos e reduzir as resistências, é preciso unir-vos e organizar-vos. União e organização devem ser vosso lema” (...). Hoje estais com o governo. Amanhã sereis o governo” (Vargas, 1969, p. 468).

6. Considerações finais

A análise das propostas e dos pronunciamentos de Vargas ao longo da Primeira República mostra traços de continuidade que lhe asseguram coerência com a política que viria a adotar após 1930. Mesmo com mudanças de ênfase ou de enfoque, sua atuação sempre se pautou por uma visão crítica ao individualismo e ao liberalismo, apontando falhas na economia de mercado e propondo certo grau de intervenção estatal, mesmo admitindo determinadas regras da política econômica ortodoxa.

Pode-se, todavia, assinalar um ponto de inflexão ao final do período, quando, governador do Rio Grande do Sul e ainda seguidor do positivismo como referência doutrinária, desapegou-se parcialmente de certos preceitos, passando a defender uma atuação mais vigorosa do Estado no fomento à produção. A partir daquele momento, Vargas passou a admitir e a estimular empréstimos e crédito, bem como a criticar o padrão-ouro e certas regras da ortodoxia econômica clássica. Nota-se que, se houve uma ruptura com tais dogmas, a mesma se deu afirmando e com o propósito de aprofundar outros pontos programáticos que *já estavam* em seu ideário, como intervencionismo, compromisso do Estado com o “progresso” e defesa da industrialização. Neste sentido, pode-se afirmar que a superação mais significou rompimento de amarras que propriamente negação radical das antigas ideias de Comte e Saint-Simon, as quais são reafirmadas com nova roupagem e adaptadas a novo contexto.

Para enfatizar essa mudança, convém associá-la às origens de uma nova forma de pensar e atuar na economia, a qual fez-se hegemônica nas cinco décadas posteriores à Revolução de 1930. Emergia o *desenvolvimentismo*, entendendo-se este como uma ideologia consubstanciada em um projeto que firma o desenvolvimento econômico como a principal tarefa do governo, o epicentro de suas ações e da política econômica, tendo como objetivo maior a industrialização do país. Mais que *progresso* ou *evolução*, o *desenvolvimento* torna-se o fim último da ação estatal, supõe colocar todos os instrumentos e meios para a consecução de um objetivo bem definido: o crescimento da economia (e não mais a evolução moral ou intelectual). Em seu nome, o Estado atuaria indo ao encontro de um ideal futuro de sociedade, inclusive tornando-se pré-requisito para melhorar a distribuição de renda e afirmar valores como soberania nacional e igualdade social.

O positivismo, em sua formação inicial, contribuiu desde cedo para uma postura que, com inspiração em Hegel, poder-se-ia denominar iluminista, ao entender história como racional e o homem como seu agente. Assim, o mundo poderia ser modificado, construído, cabendo aos governantes uma responsabilidade maior do que até então era admitida pelos presidentes do país que o antecederam. É impressionante constatar que muitas teses difundidas nas décadas seguintes, seja por políticos, empresários, intelectuais ou economistas, como os vinculados à CEPAL, já são encontradas, mesmo que embrionariamente, nos discursos do jovem político Getúlio Vargas.

Referências

ANNAES DA ASSEMBLEA DOS REPRESENTANTES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre, A Federação, diversos anos.

ANNAES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS DO CONGRESSO NACIONAL. Rio de Janeiro, Imprensa Oficial, 1922-27.

ARQUIVO da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Exames).

BAK, Joan L. Cartels, cooperatives, and corporatism: Getúlio Vargas in Rio Grande do Sul on eve of Brazil's 1930 Revolution. *Hispanic American Historical Review*, 63(2), 1983, p. 255-275.

BARBOSA, Daniel Henrique D. *Tecnoburocracia e pensamento desenvolvimentista em Minas Gerais (1903-1969)*. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em História Econômica, FFCLH/USP, Tese de Doutorado, São Paulo, 2012.

BODEA, Miguel. *A greve de 1917; as origens do trabalhismo gaúcho*. Porto Alegre, LP&M, s.d.

BOSI, Alfredo. *A dialética da colonização*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

CORREIO DO POVO, Porto Alegre (diversos números).

FONSECA, Pedro Cezar D. *RS: economia & conflitos políticos na República Velha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

_____. *Vargas: o capitalismo em construção*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. Positivismo, trabalhismo, populismo: a ideologia das elites gaúchas. *Ensaio FEE*. Porto Alegre, FEE, v.14, n. 2, p. 410-421, 1993.

_____. O Discurso do Poder: Fases e Metamorfoses do Pensamento Econômico e Político de Vargas. In: *X Congresso da Federação Internacional de Estudos sobre a América Latina e Caribe*. Moscou, Rússia, 2001.

FRITSCH, Winston. In: Apogeu e crise na Primeira República, 1900-1930. In: ABREU, Marcelo de P. (Org.). *A ordem do progresso*. Cem anos de política econômica republicana (1889-1989). Rio de Janeiro: Campus, 1989.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1997.

GOMES, Ângela Maria de C. *Burguesia e trabalho, política e legislação social no Brasil, 1917-1937*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

HERRLEIN JÚNIOR, Ronaldo. A transição capitalista no Rio Grande do Sul, 1889-1930: uma nova interpretação. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 13, n. 1, p.175-207, 2004.

LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

MATTOS, Laura V. de. *Economia política e mudança social*. São Paulo: Editora da USP, 1998.

PAULA, João Antônio. *Raízes da modernidade em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. Raízes do desenvolvimentismo: pensamento e ação de João Pinheiro”. *Pesquisa & Debate*. São Paulo: PUCSP, v. 15, n. 2(26), 2004.

PENNA, Lincoln de A. *O progresso da ordem: o florianismo e a construção da república*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1997.

PESAVENTO, Sandra J. *República Velha gaúcha: charqueadas, frigoríficos, criadores*. Porto Alegre: Movimento, 1980.

_____. *RS: agropecuária colonial e industrialização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

QUEIROZ, Suely R. R. de. *Os radicais da república*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

RIO GRANDE DO SUL. *Mensagem a Assembleia de Representantes do Estado do Rio Grande do Sul enviada pelo Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas*. Porto Alegre, A Federação, 1928-30.

SILVA, Hélio. *1926 – A grande marcha*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

TARGA, Luiz Roberto P. *Fundação do estado burguês no Brasil*. Terceras Jornadas de Historia Econômica. Montevideo, jul 2003 [CD].

_____. Os fundamentos do Estado desenvolvimentista brasileiro: a experiência do partido republicano Riograndense (PRR) durante a Primeira República. Anais XXXII Encontro Nacional de Economia da ANPEC, João Pessoa, 2008.

VARGAS, Getúlio. *Parlamentares gaúchos: discursos (1906-1929)*. In: AITA, Carmen; AXT, Gunter (Orgs.). Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do rio Grande do Sul, 1997.

¹ Versão modificada e atualizada de artigo intitulado “O Ideário de Vargas e as Origens do Estado Desenvolvimentista no Brasil” apresentado no *Segundo Congreso Nacional de Historia Económica*, México, DF, 2004 e no XXXIII Encontro Nacional de Economia da ANPEC, João Pessoa, 2004.

² Antônio Augusto Borges de Medeiros, líder máximo do PRR após a morte de Castilhos, abandonou o cargo, em benefício de Vargas, em 1928, por imposição do “Pacto de Pedras Altas”, acordo de paz da “Revolução de 1923”, no qual se estabeleceu que aquele teria sua reeleição reconhecida, mas em troca comprometia-se a não mais se candidatar ao cargo.

³ Sobre a questão tributária e o incentivo fiscal às exportações no período, ver Targa (2008).

⁴ Veja-se, neste sentido, dentre outros trabalhos, Queiroz (1986) e Penna (1997).

⁵ Além da experiência sul-rio-grandense, diversos foram os casos de governos locais que empreenderam políticas proto-desenvolvimentistas anteriores a 1930. O caso mineiro faz-se especialmente simbólico devido à centralidade deste estado na política nacional durante a República Velha. Além dos breves mandatos de João Pinheiro à frente da Presidência de Minas Gerais, a formação de um pensamento intervencionista esteve diretamente influenciada por escolas e intelectuais mineiros. A esse respeito, ver, por exemplo, Paula (2000, 2004) e Barbosa (2012).

⁶ É digno de menção que Alfredo Bosi (1992, p. 273-307), em instigante análise sobre a influência do positivismo em Vargas, afirme: “Só a modelagem positivista-castilhista da geração de 1907 dá conta do aparente paradoxo da economia brasileira dos anos 30 que foi, ao mesmo tempo, saneadora ortodoxa das finanças, industrialista e centralizadora”. Nossas pesquisas convergem para a pertinência dos dois últimos adjetivos, mas não no que tange à ortodoxia, aspecto ademais deixado claro por Celso Furtado em sua clássica análise nos capítulos XXX a XXXII de *Formação Econômica do Brasil*. Justamente neste período, entendemos que se afirma o *desenvolvimentismo*, dentre outras razões, porque se abandona ortodoxamente o princípio do orçamento equilibrado, caro aos positivistas, em prol de políticas anticíclicas e pró-crescimento. Defendemos que o positivismo está nas origens do desenvolvimentismo, fundamental para o resgate de suas raízes e na formação ideológica de Vargas, mas não hesitamos em entendê-los como dois fenômenos históricos distintos, tanto no Brasil como em outros países latino-americanos. Aliás, distintamente do que teria ocorrido no continente europeu, é na América Latina onde se detecta essa particularidade de boa parte da elite positivista tornar-se “desenvolvimentista”, principalmente a partir da década de 1930.